

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI [·]/2026

ANEXO 10

RECEITAS ACESSÓRIAS

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ADUTOR REGIONAL PCJ, A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS BARRAGENS PEDREIRA E DUAS PONTES E DE UNIDADE DE TRATAMENTO DO RIO CAMANDUCAIA, E A OPERACIONALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA

ÍNDICE

1.	POTENCIAIS RECEITAS ACESSÓRIAS	3
2.	PLANO COMERCIAL DE EXPLORAÇÃO DE RECEITAS ACESSÓRIAS	3
3.	NEGÓCIOS PÚBLICOS.....	7

O presente ANEXO contém as regras a serem observadas pela CONCESSIONÁRIA para exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS.

Os termos definidos utilizados neste ANEXO terão o mesmo significado a eles atribuídos no ANEXO 09 – GLOSSÁRIO, quando ali definidos.

1. POTENCIAIS RECEITAS ACESSÓRIAS

1.1. As seguintes atividades serão consideradas RECEITAS ACESSÓRIAS e poderão ser previstas no PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, respeitadas as condições estabelecidas no CONTRATO:

- 1.1.1. Comercialização da geração excedente de energia solar fotovoltaica e/ou hídrica no SISTEMA;
- 1.1.2. Implantação de eclusas e exploração dos serviços de eclusagem;
- 1.1.3. Exploração turística do SISTEMA e de seu entorno, nos termos permitidos pela legislação, incluindo a realização de eventos e a sua exploração para atividades de lazer;
- 1.1.4. Serviços de publicidade que envolvam a exploração de mídias publicitárias no SISTEMA e no seu entorno, em todos os formatos possíveis, tais como estático, retro iluminado, digital e interativo (celular/dispositivos móveis);
- 1.1.5. Exploração de projetos/empreendimentos diversos, inclusive aqueles associados ao objeto da CONCESSÃO, no SISTEMA e em seu entorno, no âmbito das oportunidades de negócios e do planejamento estratégico da CONCESSIONÁRIA, com qualidade e eficiência na sua exploração, desde que sejam observados os termos deste ANEXO;
 - 1.1.5.1. A exploração de projetos/empreendimentos referida no item 1.1.6 acima inclui tanto a realização de tais atividades pela própria CONCESSIONÁRIA como por terceiros, que poderão firmar contratos com a CONCESSIONÁRIA para utilização de áreas localizadas no entorno do SISTEMA, desde que respeitadas as condições estabelecidas no CONTRATO e nos seus ANEXOS, devendo a CONCESSIONÁRIA assumir a responsabilidade pela identificação e liberação dos espaços para a exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do item 2.3; e
- 1.1.6. Outras receitas cabíveis, decorrentes de atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor, que se originem direta ou indiretamente da exploração das BARRAGENS, do SAR-PCJ e da UTR, inclusive aquelas que venham a ser auferidas por PARTES RELACIONADAS ou em função de acordos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros.

1.2. Não serão consideradas RECEITAS ACESSÓRIAS aquelas decorrentes de aplicações no mercado financeiro, valores recebidos a título de indenização ou cobertura de seguros, ou, ainda, pagamentos a título de penalidades decorrentes de contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, salvo eventuais indenizações devidas por terceiros à CONCESSIONÁRIA cujos valores originalmente sejam considerados como RECEITAS ACESSÓRIAS, para fins do CONTRATO.

2. PLANO COMERCIAL DE EXPLORAÇÃO DE RECEITAS ACESSÓRIAS

2.1. O PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS deverá conter o detalhamento das atividades que a CONCESSIONÁRIA pretenda explorar comercialmente para geração de RECEITAS ACESSÓRIAS, observados os termos e exigências constantes deste ANEXO.

2.2. O PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS deverá apresentar o seguinte conteúdo mínimo:

- (i) Estudo técnico de viabilidade da exploração da(s) receita(s) acessória(s) proposta(s), com descrição do modelo de negócio;
- (ii) Espaços do SISTEMA e de seu entorno que serão utilizados para exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS;
- (iii) Cronograma de execução, bem como os prazos para implantação e operação da infraestrutura, se for o caso; e
- (iv) Os valores estimados de RECEITAS ACESSÓRIAS a serem geradas com a exploração da atividade anualmente.

2.3. O PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS deverá ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA à ARSESP, com cópia para o PODER CONCEDENTE.

- 2.3.1. Em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, a ARSESP terá 30 (trinta) dias para: (i) avaliá-lo e decidir por sua aprovação ou indicar a necessidade de realização de ajustes pela CONCESSIONÁRIA; e (ii) encaminhar sua respectiva decisão à CONCESSIONÁRIA, com cópia para o PODER CONCEDENTE.
- 2.3.2. Havendo a necessidade de realização de ajustes no PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, a ARSESP deverá fixar prazo, não inferior a 10 (dez) dias, para que a CONCESSIONÁRIA os implemente, levando em consideração a complexidade dos ajustes a serem feitos.
- 2.3.3. Após a realização dos ajustes, a CONCESSIONÁRIA deverá submeter novamente o PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS revisado à ARSESP, cabendo a esta, em até 10 (dez) dias, reavaliá-lo e emitir sua aprovação ou solicitar novos ajustes, nos termos da Cláusula 2.3.1, até que o conteúdo do PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS seja aprovado pela ARSESP.
- 2.3.4. A ARSESP somente poderá rejeitar a exploração de alguma fonte de RECEITA ACESSÓRIA proposta pela CONCESSIONÁRIA caso tal fonte: (i) infrinja preceito legal ou regulamentar; ou (ii) comprovadamente tenha potencial para impactar negativamente a prestação dos SERVIÇOS.

2.4. Aprovado o PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS pela ARSESP, esta comunicará sua decisão à CONCESSIONÁRIA, com cópia para o PODER CONCEDENTE.

- 2.4.1. A aprovação do PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS permite à CONCESSIONÁRIA iniciar a exploração da(s) respectiva(s) RECEITA(S) ACESSÓRIA(S).
- 2.4.2. No caso específico dos projetos enquadrados como NEGÓCIOS PÚBLICOS, aplicar-se-á, adicionalmente aprovação do PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, o regramento previsto no item 3.

2.5. Caso a CONCESSIONÁRIA não concorde, total ou parcialmente, com a decisão da ARSESP acerca do PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, poderá valer-se dos mecanismos de solução de controvérsias previstos no ANEXO 09 – SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS.

2.6. O PODER CONCEDENTE fará jus ao compartilhamento dos ganhos econômicos obtidos com a exploração de cada tipo de RECEITA ACESSÓRIA, nos seguintes percentuais:

- 2.6.1. Caso o valor correspondente ao faturamento bruto total das RECEITAS ACESSÓRIAS seja inferior a 5,00% (cinco por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA recebida pela CONCESSIONÁRIA, será devido o compartilhamento de 5,00% (cinco por cento) da receita líquida decorrente da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS com o PODER CONCEDENTE;

- 2.6.2. Caso o valor correspondente ao faturamento bruto total das RECEITAS ACESSÓRIAS seja igual ou superior a 5,00% (cinco por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA recebida pela CONCESSIONÁRIA, será devido o compartilhamento de 5,00% (cinco por cento) da receita líquida decorrente da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS com o PODER CONCEDENTE para o montante até 5,00% (cinco por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA. O montante do faturamento que superar os 5,00% (cinco por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA deverá ser compartilhado em 10,00% (dez por cento) da receita líquida com o PODER CONCEDENTE.
- 2.7. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela identificação e liberação dos espaços do SISTEMA e de seu entorno que serão utilizados para a exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS.
- 2.8. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela regularização, perante as Prefeituras, os Cartórios de Registro de Imóveis e demais órgãos e entidades da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, além de outras entidades privadas competentes, da ocupação e exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS no SISTEMA, incluindo a exploração em áreas contíguas às concedidas.
- 2.9. A exploração de publicidade deverá observar a legislação em vigor e a regulamentação do CONAR, não podendo atentar contra a moral e os bons costumes, ter cunho religioso ou político-partidário, ou, ainda aludir a qualquer espécie de injúria, discriminação ou preconceito, de qualquer ordem, incluindo preconceitos de raça, cor, credo, gênero, sexualidade, ou de natureza social ou xenófoba.
- 2.10. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável pelas projeções de RECEITAS ACESSÓRIAS consideradas quando da apresentação de sua PROPOSTA COMERCIAL, não sendo cabível qualquer tipo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em razão da alteração, não confirmação ou prejuízo decorrente da frustração das RECEITAS ACESSÓRIAS estimadas pela CONCESSIONÁRIA.
- 2.10.1. Para fins do CONTRATO e deste ANEXO, as RECEITAS ACESSÓRIAS são consideradas aleatórias, de modo que a CONCESSIONÁRIA não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, tampouco a qualquer indenização pelos investimentos realizados para exploração de tais receitas.
- 2.11. Na exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, a CONCESSIONÁRIA será responsável por toda e qualquer infração legal ou ofensa a regulamentação específica perante terceiros e todos os órgãos competentes de fiscalização e regulação, excluindo a ARSESP e o PODER CONCEDENTE de qualquer demanda a respeito.
- 2.12. Nenhum contrato celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros para exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS poderá ultrapassar o PRAZO DA CONCESSÃO, salvo se: (i) a ARSESP aprovar tal contratação; e (ii) forem observados os requisitos previstos nos itens 2.12.1 a 2.12.4.
- 2.12.1. Para fins da solicitação da autorização referida no item 2.12, “i”, a CONCESSIONÁRIA deverá informar à ARSESP, dentre outros elementos pertinentes para a sua análise, as formas de remuneração a serem previstas no respectivo contrato.
- 2.12.2. A autorização referida no item 2.12, “i”, ficará condicionada à avaliação de conveniência e oportunidade por parte da ARSESP, sendo que a negativa não ensejará, em qualquer hipótese, o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 2.12.3. Na hipótese de contratos a serem celebrados com PARTES RELACIONADAS, a autorização referida no item 2.12, “i”, dependerá, dentre outros fatores, da avaliação, pela ARSESP, da compatibilidade dos valores previstos nos referidos contratos com parâmetros de mercado.

2.12.4. Concedida a autorização referida no item 2.12, “i”, os contratos celebrados para exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS com prazo de vigência superior ao PRAZO DA CONCESSÃO deverão observar as seguintes condições:

- (i) o PODER CONCEDENTE e a ARSESP deverão fazer parte dos contratos, na condição de intervenientes-anuentes;
- (ii) os contratos deverão vedar expressamente: (a) a antecipação de remuneração pela CONCESSIONÁRIA que se refira a parcelas que extrapolem o PRAZO DA CONCESSÃO; ou (b) o recebimento de remuneração pela CONCESSIONÁRIA, a qualquer título, durante o período que ultrapassar o PRAZO DA CONCESSÃO;
- (iii) os contratos deverão prever expressamente a possibilidade de sua integral sub-rogação ao PODER CONCEDENTE ou à SUCESSORA quando da extinção da CONCESSÃO;
- (iv) os contratos deverão estabelecer proporcionalidade entre a remuneração percebida pela CONCESSIONÁRIA ao longo da CONCESSÃO e a remuneração prevista para o PODER CONCEDENTE ou para a SUCESSORA no período posterior ao termo final de vigência da CONCESSÃO, caso seja exercida a opção pela sub-rogação dos referidos contratos pelo PODER CONCEDENTE ou pela SUCESSORA;
- (v) quando da extinção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE ou a SUCESSORA poderão se sub-rogar nos contratos ou rescindi-los antecipadamente;
- (vi) caso o PODER CONCEDENTE ou a SUCESSORA desejem se sub-rogar nos contratos após a extinção da CONCESSÃO, estes assumirão as obrigações antes atribuídas à CONCESSIONÁRIA e passarão a auferir a sua remuneração, nos termos previstos nos contratos, observadas as condições comerciais e a forma inicialmente pactuadas com a CONCESSIONÁRIA, sendo vedada qualquer alteração que implique a redução ou o agravamento de tais condições, em prejuízo ao PODER CONCEDENTE ou da SUCESSORA; e
- (vii) caso o PODER CONCEDENTE ou a SUCESSORA não desejem se sub-rogar nos contratos após a extinção da CONCESSÃO, caberá à CONCESSIONÁRIA: (a) rescindi-los e assumir todos os custos rescisórios aplicáveis; e (b) disponibilizar ao PODER CONCEDENTE as áreas objeto de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, livres e desobstruídas de quaisquer ônus e encargos.

2.12.5. Caso a CONCESSIONÁRIA tenha celebrado contratos com vigência superior ao PRAZO DA CONCESSÃO sem a autorização referida no item 2.12, “i”, aplicar-se-á o seguinte: (i) a CONCESSIONÁRIA estará sujeita à aplicação da penalidade prevista no ANEXO 06 - PENALIDADES; e (ii) adotar as providências previstas no subitem “vi” do item 2.12.4 acima.

2.13. A CONCESSIONÁRIA será exclusiva e integralmente responsável pelos contratos voltados à exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, inclusive por quaisquer tributos, encargos, obrigações, gravames, ônus, valores residuais ou de outras origens cobrados pelos seus subcontratados, sendo vedado à CONCESSIONÁRIA impor tal responsabilidade ao PODER CONCEDENTE ou à ARSESP, assim como cobrar deles qualquer valor que entenda lhe ser diretamente devido em decorrência dos contratos firmados com particulares, ressalvado o disposto nos itens 2.12.4, “v” e “vii”.

2.14. A CONCESSIONÁRIA deverá contabilizar separadamente o montante recebido a título de RECEITAS ACESSÓRIAS e encaminhar à ARSESP, mensalmente, relatório que contenha o detalhamento dos valores obtidos, cópia das faturas, instrumentos congêneres e demais informações necessárias ao acompanhamento da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS.

3. NEGÓCIOS PÚBLICOS

3.1. Conforme definido no ANEXO 08 – GLOSSÁRIO, entendem-se por NEGÓCIOS PÚBLICOS os potenciais ativos ou fontes de geração de receitas adicionais, identificados pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, que possam ser explorados por meio de quaisquer arranjos jurídicos compatíveis com a legislação pertinente, incluindo estruturas contratuais ou societárias e ferramentas de direito societário e/ou de mercado de capitais, cuja proposição compreenda a participação conjunta entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, e que preveja regras claras sobre a forma de atuação e as responsabilidades dos atores público e privado, além do compartilhamento dos riscos envolvidos e das receitas estimadas.

3.2. Para os NEGÓCIOS PÚBLICOS, deverá ser observada a alocação de riscos estabelecida no âmbito do respectivo arranjo jurídico a ser formalizado entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, não se aplicando a alocação de riscos prevista no CONTRATO.

3.3. Os NEGÓCIOS PÚBLICOS poderão ser propostos por iniciativa do PODER CONCEDENTE e/ou da CONCESSIONÁRIA, com a finalidade de constituir projetos/empreendimentos associados à prestação dos SERVIÇOS, para fins de exploração e geração conjunta de receitas adicionais.

3.3.1. A exploração de NEGÓCIOS PÚBLICOS será realizada mediante a apresentação de plano de negócios separado pela CONCESSIONÁRIA, o qual deverá ser aprovado pela ARSESP e pelo PODER CONCEDENTE.

3.3.2. O plano de exploração de NEGÓCIOS PÚBLICOS deverá detalhar os investimentos, o modelo de negócio, as projeções de receita e os percentuais de compartilhamento de receitas a serem aplicados.

3.3.3. A remuneração do PODER CONCEDENTE nos NEGÓCIOS PÚBLICOS poderá ser baseada em uma porcentagem do faturamento bruto gerado pelo empreendimento, sendo que o percentual de compartilhamento será negociado e aprovado posteriormente, de comum acordo, levando em consideração a natureza do empreendimento e o retorno esperado para ambas as PARTES.

3.3.4. O PODER CONCEDENTE poderá participar dos NEGÓCIOS PÚBLICOS por meio de contribuições em ativos, como terrenos ou outros recursos, estabelecendo Joint Venture (JV) ou outro tipo de parceria público-privada, com a construção de uma matriz de riscos elaborada de forma dialogada e que proporcione distribuição dos lucros equivalente aos riscos assumidos por cada parte no empreendimento.

3.4. Os NEGÓCIOS PÚBLICOS poderão ser materializados por meio de quaisquer arranjos jurídicos compatíveis com a legislação pertinente, que viabilizem a exploração conjunta entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE de atividades, serviços, ativos e quaisquer outras operações estruturadas, desde que: (i) sejam compatíveis com a legislação pertinente; e (ii) preencham, sempre, os requisitos relativos à natureza de projeto/empreendimento associado, bem como outras condicionantes voltadas ao atendimento do interesse público, fixadas pelo PODER CONCEDENTE, especialmente quanto à predefinição dos riscos envolvidos.

3.4.1. Os NEGÓCIOS PÚBLICOS não integram os SERVIÇOS, estando inteiramente condicionados à autorização prévia e discricionária do PODER CONCEDENTE, cuja avaliação compreenderá não apenas a compatibilidade com a lei e com os níveis de serviço e exigências técnico-operacionais

contratualmente previstos, como também a conveniência e oportunidade do PODER CONCEDENTE.

- 3.4.2. As receitas adicionais provenientes de NEGÓCIOS PÚBLICOS têm caráter aleatório e eventual, devendo ser observado, em caso de frustração ou acréscimo de tais receitas, o regramento estabelecido entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA acerca do compartilhamento de riscos.

3.5. O PODER CONCEDENTE, a seu exclusivo critério, poderá se valer da expertise de terceiros para apoiar a análise da estruturação de NEGÓCIOS PÚBLICOS e dos correlatos arranjos jurídicos, inclusive para identificar se o regramento relacionado ao compartilhamento de riscos, custos e receitas proposto se mostra apropriado à luz do interesse público e compatível com o CONTRATO.

3.6. As receitas obtidas pela CONCESSIONÁRIA a partir da exploração dos NEGÓCIOS PÚBLICOS deverão ser contabilizadas de forma segregada dos demais projetos de exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS e não comporão o faturamento bruto das RECEITAS ACESSÓRIAS, sendo compartilhadas com o PODER CONCEDENTE, exclusivamente, nos termos previstos no arranjo jurídico definido entre as PARTES.

- 3.6.1. O PODER CONCEDENTE ou órgão por ele designado poderá, a qualquer momento, realizar fiscalização e diligências, além de requisitar documentos para apurar a conformidade dos valores informados pela CONCESSIONÁRIA.